

PROCESSO - A. I. Nº 269194.0051/13-6
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BRASKEM S/A.
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS – Acórdão 5ª JJF nº 0115-05/16
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 11/10/2017

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0242-11/17

EMENTA: ICMS. NULIDADE DE DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA. IMPEDIMENTO. CONSELHEIRO QUE PROFERIU DECISÃO NA JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL. Representação Fiscal, proposta com supedâneo nos artigos 113, § 5º, I do RPAF-BA/1999, 135, § 2º e 136 COTEB e 20 da Lei Complementar Estadual nº 34/2009, com objetivo de retornar à segunda instância, pois o julgador ou conselheiro deverá declarar-se impedido de estudo, discussão, votação e presidência do julgamento de processo quando, em instância inferior, houver proferido decisão ou parecer sobre o mérito. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação Fiscal, proposta pela PGE/PROFIS (fls. 397/398) com supedâneo nos artigos 113, § 5º, I do RPAF-BA/1999 (Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia; Decreto nº 7.629/1999), 135, § 2º e 136 do Código Tributário do Estado da Bahia e 20 da Lei Complementar Estadual nº 34/2009, referente ao Acórdão CJF nº 0273-11/16.

Consta que, contrariamente ao que dispõe o art. 40, § 1º do Regimento Interno do Conseq, um dos conselheiros componentes do órgão da Segunda Instância administrativa estava impedido de exercer tal mister (cons. Luiz Alberto Amaral de Oliveira; fl. 361), uma vez que fez parte da Junta de Julgamento Fiscal responsável por exarar a Decisão "*a quo*" (5ª JJF; fl. 297).

Referida norma regimental seguiu a linha de raciocínio adotada pelo Código de Processo Civil Brasileiro de 2015, que no art. 144, inciso II estabelece o impedimento do juiz para exercer as suas funções no processo em que tenha proferido decisão em outro grau de jurisdição.

Por isso, a PGE/PROFIS propõe o reconhecimento da invalidade do Acórdão CJF nº 0273-11/16.

VOTO

Com efeito, verifica-se às fls. 297 e 361 que o i. conselheiro Luiz Alberto Amaral de Oliveira participou do julgamento nas duas instâncias administrativas, o que se contrapõe aos comandos normativos contidos nos artigos 144 do CPC e 40, § 1º do Regimento Interno do Conseq.

"Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: I - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha; II - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão; (...)"

Art. 40. O Julgador ou Conselheiro deverá declarar-se impedido de estudo, discussão, votação e presidência do julgamento de processo que lhe interesse pessoalmente, direta ou indiretamente, ou a seu cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau civil, inclusive, ou a sociedade de que faça ou tenha feito parte como sócio, gerente, membro de diretoria ou de conselho ou como advogado. § 1º Subsiste também impedimento quando, em instância inferior, o Conselheiro houver proferido decisão ou parecer sobre o mérito do processo."

Como bem disse a n. procuradora signatária da Representação, a imparcialidade do julgador consiste em autêntico pressuposto processual de validade, que deve se concretizar na atuação em conformidade com a legislação que regula o processo administrativo e civil.

O julgador ou conselheiro deverá declarar-se impedido de estudo, discussão, votação e presidência do julgamento de processo quando, em instância inferior, houver proferido decisão ou parecer sobre o mérito.

Assim não ocorrendo, impõe-se a declaração de nulidade.

Em face do exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação. Os autos devem retornar à Secretaria do Conselho para que sejam adotadas as providências necessárias ao novo julgamento de segunda instância.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta e declarar **NULA** à decisão de Segunda Instância (Acórdão CJF nº 0273-11/16), referente ao Auto de Infração nº **269194.0051/13-6**, lavrado contra **BRASKEM S/A.**, devendo os autos devem retornar à Secretaria do Conselho para que sejam adotadas as providências necessárias ao novo julgamento de segunda instância.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de agosto de 2017.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JUNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS